

ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE COM LIMITAÇÕES COMUNICATIVO-AUDITIVA: UMA EXPERIÊNCIA INCLUSIVA

João Henrique Constantino Sales Silva ¹; Aline Cavalcanti Dantas ¹; Maria da Guia de Medeiros ¹; Natácia da Silva Nogueira ¹; Izabela Souza Lopes Rangel ²

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias ^(1,2)

Graduando do Curso de Bacharelado em Agroecologia/UFPB – e-mail: joaoagroecologia@outlook.com ¹

Graduanda do Curso de Bacharelado em Agroecologia/UFPB – e-mail: alicedantas188@gmail.com ¹

Graduanda do Curso de Bacharelado em Agroecologia/UFPB – e-mail: dagmedeirospb@gmail.com ¹

Graduanda do Curso de Bacharelado em Agroecologia/UFPB – e-mail: natacianogueira2009@hotmail.com ¹

Profa. Orientadora, Departamento de Agricultura, CCHSA/UFPB – e-mail: izabelaisl@yahoo.com.br ²

Resumo: A educação, sob o enfoque inclusivista, é percebida cada vez mais como uma questão de direitos humanos, sendo às instituições públicas de ensino desafiadas a mudar a forma de agir e atuar no meio educacional. Sendo assim, esse trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por três discentes bolsistas do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência, promovido pelo CIA/UFPB, junto a um discente com necessidades educacionais específicas, em razão de suas limitações comunicativo-auditiva. O acompanhamento ao estudante aconteceu nas imediações do CCHSA – Campus III, Bananeiras – PB, durante o semestre letivo 2016.2. A metodologia do apoio esteve embasada no uso de práticas pedagógicas participativas, tornando o processo ensino-aprendizagem mais dinâmico e atrativo. Foram realizadas atividades, por meio de leituras, explicações e simulados, sempre reforçando o que foi abordado em sala de aula ao longo do conteúdo programático das disciplinas. Os docentes acompanharam essas atividades assinando semanalmente a ficha de frequência disponibilizada pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA). Por intermédio dos apoiadores, foi possível uma melhor comunicação do apoiado com os outros discentes e docentes da instituição, refletindo de forma positiva no seu desempenho acadêmico, construindo seus conhecimentos de uma forma mais interativa e prazerosa. É importante, portanto, que não somente o Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência realize este trabalho, mas que a universidade como um todo, contribua com incentivo, auxílio e instrumentalização de professores a encontrar maneiras político pedagógicas, para atingir de forma significativa, o objetivo maior da instituição, uma educação para todos com qualidade.

Palavras-chave: Conhecimento, Deficiência, Discentes, Instituições públicas, Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem por base atender aos alunos sem distinção, proporcionando-lhes uma educação voltada a todos, de forma a identificar as necessidades de qualquer estudante, independente dele apresentar ou não deficiências, incapacidades ou demandas por adaptações curriculares, para que possa alcançar tanto o aprendizado, quanto seu desenvolvimento como cidadão (SOUZA et al., 2016). Para os mesmos autores, dentro do aspecto educação, a questão do

indivíduo deficiente, seja este em termos da deficiência física, mental ou sensorial, tem representado um desafio no contexto de uma sociedade organizada para atender à chamada “normalidade”, o que gera uma necessidade de formação de profissionais habilitados e especializados nesta área específica de atendimento, bem como a promoção de programas especiais junto a este público.

No Brasil, as políticas públicas voltadas à Educação Especial, tratadas inicialmente na Constituição Federal no ano de 1988, estabeleceram: “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação [...]” (BRASIL, 1988), em texto descrito no artigo 3º do inciso IV. Segundo Castro Neto (2016), as implicações dessas concepções, no âmbito educacional brasileiro, influenciaram a elaboração de diretrizes para a construção de políticas públicas, com ênfase na Educação Especial, para pessoas com deficiência. Por sua relevância, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) dedica um capítulo exclusivo para esse tema.

Para Tezolin (2014), a ideia de inclusão e adaptação das instituições de ensino para receberem esses alunos especiais ganhou força entre os anos de 1980 e 1990 no âmbito nacional, a partir do incômodo de familiares e pessoas com deficiência perante a invisibilidade social. De acordo com a autora, durante séculos os deficientes foram marginalizados, e só a partir de pesquisas na área de saúde que estes foram conquistando espaços, em que os discursos médicos afirmavam que eram pessoas com necessidades diferenciadas e, não seres incapazes de frequentarem ou se adaptarem a ambientes diversos.

Em relação ao ensino superior brasileiro, ainda há uma legislação em fase de construção frente ao número expressivo de documentos nacionais, como a Política Nacional de Educação Inclusiva, os decretos relacionados especificamente às pessoas com deficiência auditiva e a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que fazem referência à inclusão em todos os níveis de educação, porém não apontam as especificidades do ensino superior (SILVEIRA, 2013). Ainda segundo a mesma autora, existe, sim, uma preocupação com as exigências de acessibilidade para o vestibular, para a contratação de intérpretes e para a acessibilidade física, itens importantes para a avaliação de cursos segundo o MEC. No entanto, em relação às adaptações pedagógicas dessas instituições, percebem-se ações isoladas, que são realizadas de acordo com as necessidades de atendimento e de demanda do público da educação especial.

Embora sejam perceptíveis os progressos no que diz respeito aos direitos educacionais às pessoas com necessidades, ainda existe um abismo entre as diretrizes legais existentes e a

efetivação do acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais, principalmente na educação superior. A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior tem que se voltar para os aspectos em relação a tudo aquilo que envolve o indivíduo em suas relações no dia a dia. Sendo pensada, a partir da concretização de ações voltadas às atitudes sociais e para as políticas de inclusão de ingresso e permanência das pessoas com deficiência (SANTANA; SIQUEIRA, 2010).

Segundo Martins (2008), a inclusão escolar não se resume na mera inserção física desses alunos na escola ou na garantia da sua matrícula numa turma. Conforme Silva (2008), aprender a conviver com outras pessoas com habilidades e competências diferentes é, pois, uma condição necessária para o desenvolvimento de valores éticos, tais como: respeito ao outro, compreensão no sentido de igualdade e diferença, solidariedade e cooperação. De acordo com Rocha e Miranda (2009), a sociedade, no seu cotidiano precisa se adaptar as necessidades das pessoas com deficiência, dividindo espaços com igualdade. A deficiência é complexa, dinâmica e multidimensional.

Durante algum tempo, órgãos responsáveis pela coordenação da educação dividiram as salas de ensino em regulares e especiais, colocando também essa denominação nos alunos, o que provocou ainda mais a segregação na comunidade escolar. Senso assim, a inclusão tem como intenção educacional meditar as atitudes instituídas ao longo do tempo referente aos aspectos dos alunos escolhidos para frequentarem as instituições de ensino. Por essa razão, diversos debates e programas sociais surgiram no intuito de eliminar essa divisão ou ao menos, diminuí-la (TEZOLIN, 2014).

As instituições, como os demais contextos educacionais, têm como responsabilidade a promoção da cidadania e desenvolvimento das competências ou habilidades do aluno e seria importante oportunizar a reflexão diante da diversidade, reconhecendo a sua riqueza e incentivando a educação de forma igualitária (SOUZA et al., 2016). Torres, Calheiros e Santos (2016), apontam a escassez de pesquisas científicas sobre educação especial no ensino superior, contudo um aparente interesse constante e crescente nos últimos anos sobre o tema. Pode-se aferir esse interesse pelas maiores oportunidades que vêm sendo ofertadas aos estudantes a partir da implantação de programas de inclusão social.

O Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), criado em 2013, por meio da Resolução nº 34/2013 do Conselho Universitário da UFPB (CONSUNI), é vinculado ao Gabinete da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba e desenvolve ações que dão assistência e promoção à pessoa com

deficiência dentro da instituição. A porcentagem aproximada dos alunos com deficiência em graduação na UFPB é de 3 a 4%, segundo dados do próprio comitê (CIA, 2017).

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por três discentes apoiadores do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência, promovido pelo CIA/UFPB, junto a um discente com necessidades educacionais específicas, em razão de suas limitações comunicativo-auditiva.

METODOLOGIA

Os discentes apoiadores e o discente apoiado estavam regularmente matriculados presencialmente no curso de Bacharelado em Agroecologia, no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, da Universidade Federal da Paraíba (CCHSA/UFPB).

O auxílio ao discente apoiado teve duração de cinco meses, referente ao semestre letivo 2016.2. O estudante que recebia o apoio cursava 7 componentes da matriz curriculares, sendo eles: Sistemas agroflorestais; Recuperação de áreas degradadas; Tecnologia e processamento de produtos de origem animal e vegetal; Segurança alimentar e nutricional; Fontes alternativas de energias; Gestão de cadeias produtivas; Análise e controle de qualidade de produtos agroindustriais.

O apoio pedagógico prestado ao estudante com deficiência ocorreu diariamente nas imediações do Campus, em na sala de aula, biblioteca, restaurante aniversário, viveiro de produção de mudas, práticas em laboratórios, e dias de campo e desenvolvimento de projetos e trabalhos de pesquisa.

Aparelhos eletrônicos como computador e celular com acesso à internet também foram utilizados na realização de algumas atividades e pesquisas. Materiais didáticos (caderno, canetas, apostilas, livros) necessários em sala de aulas ou em atividades extraclasse, também foram utilizados pelo discente apoiado.

Ao longo das atividades desenvolvidas, um ponto importante a ser destacado, foi o uso de estratégias trazidas a partir do conhecimento do discente, tornando-o significativo e eficaz. A metodologia do apoio esteve embasada no uso de práticas pedagógicas participativas. Os docentes acompanharam essas atividades assinando semanalmente a ficha de frequência disponibilizada pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade.

As atividades realizadas pelos apoiadores foram por meio de leituras e explicações, sempre reforçando o conteúdo abordado em sala de aula, inclusive avisos e informações prévias a respeito

da disciplina e avaliações. Além do mais, estudos para as avaliações e seminários, foram praticados por meio de pequenos resumos das aulas assistida, onde o aluno era orientado a fazer uma leitura do material para melhor compreensão do conteúdo.

Após a determinação de data para uma atividade avaliativa (prova), eram realizados simulados periodicamente até a véspera da avaliação. Neste processo e eram apontados os acertos e equívocos cometidos pelo discente, com o intuito fazê-lo compreender o conteúdo abordado. Além disso, foram disponibilizados artigos, resumos, cartilhas e orientações para elaboração de notas de leitura e/ou resenhas críticas, como auxílio para as avaliações contínuas.

O aluno apoiado foi contemplado, no semestre anterior, com uma bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O projeto de pesquisa, no qual o mesmo desenvolveu, motivou ainda mais a ânsia da experimentação do aluno. Condicionando-o a leituras sobre o tema em questão ou assuntos relacionados, conforme sugestões advindas do orientador. Antes da execução das atividades referentes ao projeto PIBIC, foi elaborado em conjunto, um cronograma, objetivando uma melhor organização da equipe, possibilitando um planejamento mais dinâmico e atrativo. No decorrer do experimento, o aluno bolsista foi auxiliado em todas as etapas, desde a instalação do experimento, análises das variáveis, obtenção e tabulação de dados e acompanhamento nas reuniões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudante apoiado demonstrou apresentar uma boa frequência nas aulas ao longo do semestre. O mesmo se aplica à pontualidade, visto que o discente comparecia às aulas pontualmente no horário previsto, bem como a sua retirada ao término de cada aula.

No que se refere à participação do estudante nas aulas e/ou projeto, foi perceptível, no início do semestre letivo, o pouco envolvimento do mesmo, seja por timidez, falta de interesse, ou em decorrência das suas limitações comunicativo-auditiva. Em oposição a esse fato, foi obrigação dos estudantes apoiadores, motivar e incentivar o aluno a correr atrás dos objetivos propostos pelas disciplinas e pelos seus objetivos enquanto profissional na área que pretende atuar.

Algumas dificuldades foram surgindo, como por exemplo: elaboração de slide para apresentação, interpretação de questões nas atividades avaliativas, tabulação de dados das análises do experimento. Dessa forma, as planilhas contendo os dados do experimento foram distribuídas igualmente entre os discentes apoiadores e o discente apoiado, a fim de minimizar a demanda e

solucionar o método mais eficaz para a tabulação. Além disso, o suporte ofertado pelo apoiador estendeu-se às redes sociais, visto que, foram elaborados e disponibilizados materiais em PDF, slides, e documentos do Word contendo a sistematização completa dos conteúdos vistos em sala de aula, sobretudo, das aulas que o discente apoiado esteve ausente. Esses recursos didáticos contribuíram no processo de ensino-aprendizagem do discente referente aos conteúdos ministrados, principalmente no que diz respeito à assimilação de conteúdo.

Quanto aos seminários, observou-se que o aluno apoiado progrediu consideravelmente ao longo de suas apresentações orais, sentindo-se mais seguro e confiante. Não dá para desconsiderar os avanços do discente apoiado perante os obstáculos que surgiram. Contudo, o discente foi aprovado por médias em todas as disciplinas as quais recebe o auxílio.

O projeto de iniciação científica proporcionou aos discentes envolvidos (apoiadores/apoiado) a oportunidade de adquirir saberes, desenvolver habilidades de resolução de problemas, de cooperação e trabalho em equipe. Por intermédio dos apoiadores, foi possível uma melhor comunicação do apoiado com os outros discentes e docentes da instituição, refletindo de forma positiva no seu desempenho acadêmico.

Ao final da vigência, cada apoiador elaborou um relatório sucinto, descrevendo a metodologia do apoio e as dificuldades encontradas. De mesmo modo, o discente apoiado também elaborou um relatório sobre o suporte ofertado por cada apoiador, conforme solicitação do CIA. A partir da ajuda mútua dos apoiadores, foi possível que o discente apoiado construísse seus conhecimentos de uma forma mais interativa e prazerosa.

De acordo com Pinto (2015), é importante compreender que a inclusão no universo acadêmico não está resumida apenas ao fato de acolher estudantes com necessidades especiais em uma turma regular. O discente precisa encontrar na universidade um ambiente afetivo, onde a convivência seja coletiva e que neste ambiente ele consiga compreender a importância da aprendizagem e dos valores de uma sociedade, para que consiga avançar no seu conhecimento e desenvolvimento pessoal.

Cada vez mais, felizmente, tem ocorrido a percepção de nossa comunidade universitária no que diz respeito à pessoa com deficiência. No entanto, ainda há muito a ser feito para que tome conhecimento da presença de pessoas com necessidades educacionais específicas dentro do Campus, destacando suas potencialidades, para que assim as barreiras atitudinais comecem a ser desconstruídas gradativamente. Essas barreiras são obstáculos de difícil eliminação e a sua existência dificulta a efetivação do processo de aprendizagem e inclusão social e educacional da

pessoa com deficiência dentro da universidade. Este é um processo lento, partindo do pressuposto de que a mentalidade coletiva se encontra enraizada em uma cultura que traz uma percepção errônea e repleta de estereótipos sobre esse público.

CONCLUSÕES

Por meio do apoio pedagógico, percebeu-se que o aprendizado do estudante apoiado, refletiu de forma positiva diante dos componentes curriculares e do projeto de iniciação científica.

A experiência enquanto discente apoiador caracterizou-se como desafiadora, no entanto, satisfatória para ambos apoiadores. Sendo de grande valia, sobretudo, para aqueles que pretendem trilhar no caminho da docência.

É importante que não somente o Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência realize este trabalho, mas que a universidade contribua, com incentivo, auxílio e instrumentalização de professores a encontrar maneiras político pedagógicas, para atingir de forma significativa, o objetivo maior da instituição, uma educação para todos com qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 2012. (Edições Câmara).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário da República Federativa do Brasil**, Brasília, Seção 1, p. 27833. 23 dez. 1996.

CASTRO NETO, M. Gestão Pedagógica de Recursos Multifuncionais: um relato de experiência em uma escola de ensino fundamental no município de Mamanguape - PB, Brasil. **Informática na Educação: teoria & prática**, Porto Alegre, RS, v. 19, n. 2, p. 41-49, 2016.

CIA. **Comitê De Inclusão e Acessibilidade: Histórico e Perspectivas 2017**. Disponível em <<http://www.ufpb.br/cia>> Acesso no dia: 14 de agosto de 2017.

MARTINS, L. A. R. **Educação e diversidade: um preâmbulo**. Ed. Ideia. João Pessoa, PB. 2008.

PINTO. T. C. **Educação inclusiva na escola municipal de ensino fundamental e médio deputado João Fernandes de Lima: relato de experiência**. 2015. 45p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, PB. 2015.

ROCHA, B. T.; MIRANDA, T. G. **A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise do seu acesso e permanência**. Ed. EDUFBA. Salvador, BA, p. 27-37, 2009.

SANTANA, C. S.; SIQUEIRA, I. M. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, SP, v.16, n.1, p. 127-136, 2010.

SILVA, K. S. B. P. **O papel das interações no processo de inclusão escolar**. Ed. Ideia. João Pessoa, PB, 2008.

SILVEIRA, T. S. **Inclusão na educação à distância: a audiodescrição como novo recurso de acessibilidade**. UNIASSELVI. Indaial, 2013.

SOUZA, T. C. F; CORRÊA, A. M. C; CASTRO, P. M. S. de; COSTA, P. P. da S.; CARVALHO, J. N. A vivência de acadêmicos de enfermagem em uma atividade lúdica no projeto ciranda da família. **Anais...** V Congresso de Educação em Saúde da Amazônia (COESA). Belém, PA. 2016.

TEZOLIN, H. T. O. **O ensino de história para as alunas e alunos com deficiência auditiva no município de Guarabira – PB: uma experiência inclusiva (?)**. 2014, 22p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira, PB, 2014.

TORRES, J. P.; CALHEIROS, D. S.; SANTOS, V. Inclusão na educação superior brasileira: análise da produção científica. **Interfaces da Educação**. Paranaíba, MS, v.7, n.19, p.296-313, 2016.